

# Desafios da educação de jovens e adultos frente às políticas públicas

Cláudia Elaine Catena  
Allan Alberto Ferreira

**Como citar:** CATENA, Cláudia Elaine; FERREIRA, Allan Alberto. Desafios da educação de jovens e adultos frente às políticas públicas. *In:* MIGUEL, José Carlos; BERSI, Rodrigo Martins (org.). **Educação de jovens, adultos e idosos:** questões teóricas, implicações práticas. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2024. p.255-278. DOI: <https://doi.org/10.36311/2024.978-65-5954-467-7.p255-278>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

# DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS FRENTE ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

Cláudia Elaine Catena<sup>33</sup>

Allan Alberto Ferreira<sup>34</sup>

## Introdução

O que motivou a apresentação deste texto foi o interesse em contribuir com o debate acadêmico sobre a Educação de Jovens e Adultos. Para tanto, formulou-se o seguinte questionamento: Quais os desafios enfrentados pela Educação de Jovens e Adultos frente às políticas públicas? Assim, estabeleceu-se como objetivo principal investigar alguns desafios enfrentados pela Educação de Jovens e Adultos na realidade brasileira, considerando o período de 2018 a 2022 em que se instalou no país um cenário de desmonte das políticas e órgãos da cultura, ciência e educação, com significativa redução do orçamento da educação pública.

Como embasamento teórico, será utilizada a abordagem histórica centrada em pesquisa documental e bibliográfica. O método escolhido para analisar os dados localizados sobre os desafios

---

33 Doutoranda em Educação pela UNESP, Câmpus de Marília. Mestra em Educação pela UNESP, Câmpus de Marília. Professora de Educação Básica da Rede Oficial de Ensino do Estado de São Paulo. [claudia.catena@unesp.br](mailto:claudia.catena@unesp.br)

34 Doutorando em Educação pela UNESP, Câmpus de Marília. Mestre em Educação pela UNESP, Câmpus de Marília, graduado em Psicologia pela Fundação Educacional de Araçatuba Fac-Fea. [allan-alberto.ferreira@unesp.br](mailto:allan-alberto.ferreira@unesp.br)

enfrentados pela Educação de Jovens e Adultos é o materialismo histórico e dialético.

Neste texto, a expressão “educação de jovens e adultos” é compreendida como:

[...] ação educativa dirigida a um sujeito de escolarização básica incompleta ou jamais iniciada e que ocorre nos bancos escolares na idade adulta ou na juventude. A interrupção ou o impedimento de sua trajetória escolar não lhe ocorre, porém, apenas como um episódio isolado de não acesso a um serviço, mas num contexto mais amplo de exclusão social e cultural, e que, em grande medida, condicionará também as possibilidades de inclusão que se forjarão nessa nova (ou primeira) oportunidade de escolarização (FONSECA, 2012, p.14).

### **Cenário Nacional de 2018 a 2022**

É inevitável falar de golpe quando nos referimos ao Brasil, pois parece haver uma longa tradição deste desde a chegada dos portugueses até os dias atuais. O país tem um histórico conturbado de golpes políticos e interferências na democracia, podendo ter uma relação, claro que de maneira implícita, com avanços e conquistas dos segmentos populares da sociedade, contrários aos interesses das elites. O termo golpe político é usado para se referir a uma ação ilegal ou antidemocrática que derruba ou ameaça o poder do governo legítimo ou da democracia. Poderíamos citar o ocorrido no governo de Getúlio Vargas, em novembro de 1945, deposto pelos militares, o do João Goulart, que resultou na ditadura militar e outras interferências na democracia ao longo dos anos, ou mesmo o chamado “Golpe de Maio” de 1831, quando o então Imperador do Brasil, Dom Pedro I, renuncia ao trono e retorna para Portugal, porém iremos nos ater a episódios mais recentes da nossa história.

Em 2014 foi eleita de maneira democrática a primeira presidenta do nosso país, Dilma Rousseff, uma política experiente e defensora dos direitos humanos e da democracia, tendo ocupado vários cargos importantes ao longo da sua carreira política, contudo, pouco tempo depois, começa a ser organizado um golpe institucional, não sendo respeitada a soberania do voto popular. Embora o Brasil tenha avançado muito e tenha se tornado uma democracia estável, há questões importantes sobre a preservação da democracia e a proteção contra ameaças internas e externas que precisam ser observadas.

No ano de 2016, a presidenta Dilma Rousseff sofreu um golpe parlamentar, midiático e institucional, sendo que o país assistiu a uma descontinuidade de projetos que vinham apresentando bons resultados, mudanças sociais, geopolíticas e econômicas positivas e assistiu, em decorrência, a ascensão do vice-presidente, Michel Temer, ao poder. A partir de então começamos a enfrentar tempos difíceis, mas o pior ainda estava por vir. Tudo isso abriria espaço para o surgimento de uma política neofacista, de extrema direita, na figura do deputado que após vinte e sete anos como congressista aprovou apenas dois projetos que favoreciam empresários, não negando a que viria e se tornaria presidente como “defensor da família e dos bons costumes”, pró-armas e proporcionaria o maior desmonte das políticas e órgãos da cultura, ciência e educação.

Diante deste contexto, o que nos causa grande espanto é com o fato de que, grande parte da população, independentemente de cor, sexo, raça, credo, escolaridade, classe social, a qual, além de apoiar o presidente eleito em 2018 e tratarem-no como o salvador da pátria, fazem ecoar o discurso de ódio proclamado por ele. E esse sentimento impregnou grande parte da população.

O discurso autoritário e ultraconservador, apoiado em propostas apresentadas como liberais e renovadoras do processo

político, busca legitimar cortes de verbas da educação em geral e restringir a liberdade de cátedra e de manifestação de pensamento, dispositivos constitucionais, mediante propostas como o projeto “Escola sem Partido”, ESP, vetado por decisão judicial, bem como o uso massivo da propaganda institucional, uma estratégia oficial de regimes antidemocráticos. Trata-se, precisamente, de desconstitucionalizar a legislação educacional tal como feito com as legislações trabalhista e previdenciária:

Os fundamentos argumentativos dos apoiadores desse movimento continuam a provar sua visão anticientífica e de cunho moral acerca das questões da educação. A opinião desses intelectuais da direita nacional, contra os fundamentos científicos de educadores que contestam veementemente os fundamentos hipócritas dos defensores do ESP, mal escamoteia seus interesses de ordem política, através da censura de ordem moralista, por meio da naturalização de ideias conservadoras, com aparentes posições de neutralidade sobre conteúdos curriculares, assim como de ordem econômica e empresarial (BARBOSA, 2020, p. 142).

Como se sabe, tal plataforma política não é inovadora e nem pensa o estado de bem-estar social que, aos olhares incautos, parece defender. Daí, a necessidade de abuso de poder econômico, de postura falsamente moralista e de apelo midiático para se manter.

O problema político criado não é novo e nem original; é típico de regimes fechados. De acordo com Klemperer, a Linguagem do Terceiro Reich, LTI, por exemplo, é de uma pobreza gritante:

Poucas palavras foram cunhadas pelo Terceiro Reich, talvez nenhuma. A linguagem nazista usa empréstimos do estrangeiro e absorve muito do alemão pré-hitlerista. Mas altera o sentido das

palavras e a frequência de seu uso. Transforma palavras que pertenciam a uma pessoa ou a um pequeno grupo em propriedade de todos, requisita para o partido o que antes era propriedade comum e, dessa forma, envenena palavras e formas sintáticas. Adapta a língua ao seu sistema terrível e, com ela, conquista o meio de propaganda mais poderoso, ao mesmo tempo o mais público e o mais secreto. Mostrar claramente o veneno da LTI e advertir as pessoas contra ele parece-me mais do que uma mera mania de professor. (KLEMPERER, 2021, p. 56).

Se compararmos o período de 2018 a 2022 no Brasil, ao período da Segunda Guerra Mundial e ao nazismo na Alemanha, observaremos enorme semelhança existente da linguagem utilizada, na criação de sentidos, bem como a forma com que a repetição das palavras e o seu poder vão dominando mentes. Klemperer (2009, p. 55), já nos alertara, ao escrever: “o nazismo se embrenhou na carne e no sangue das massas por meio de palavras, expressões e frases impostas pela repetição, milhares de vezes, e aceitas inconsciente e mecanicamente”.

O regime nazista liderado por Adolf Hitler na Alemanha, ainda ecoa em alguns setores da sociedade brasileira. Alguns grupos extremistas e de ideologias fascistas ainda usam a retórica do nazismo para promover suas ideias antidemocráticas e de ódio. No entanto, esses grupos são minoritários e não representam a opinião da maioria da sociedade brasileira, que é comprometida com a democracia e com os valores da pluralidade e tolerância. É importante que as pessoas denunciem esses grupos e suas ações e que a sociedade se una contra o ódio e a intolerância.

Presenciamos o fanatismo atualmente, parece que essas pessoas passaram por uma lavagem cerebral, referem-se ao presidente

eleito em 2018 como mito, repetem frases como um mantra, a exemplo disso podemos citar o *slogan* da campanha “Deus acima de tudo, Brasil acima de todos” e apropriam-se ainda, de símbolos nacionais, como a bandeira. Vale dizer, que há no mínimo uma contradição entre o que se propagava e o que se realizou, haja vista a quantidade de notícias falsas que foram veiculadas na internet, porém há que se pensar ainda que as *fake news* podem servir de justificativas que são usadas para legitimar posições já existentes, ainda mais quando se tem o ex-presidente, endossando tais posicionamentos.

O neofascismo e a extrema direita no Brasil são movimentos políticos que surgiram na década de 1980 e que promovem uma ideologia autoritária, racista, homofóbica e antidemocrática. Esses movimentos ganharam visibilidade nas últimas décadas, principalmente devido ao aumento da polarização política e à ascensão de líderes políticos que defendem essas ideologias. No entanto, a maioria da população rejeita essas ideias e defende valores democráticos e inclusivos. É importante combater o neofascismo e a extrema direita, denunciando e impugnando a disseminação de ideias de ódio e intolerância.

Em 2022 tivemos um ano bastante intenso politicamente, à exemplo da pandemia, parecia estarmos vivendo em um universo paralelo, quando assistíamos boquiabertos ao noticiário que só falava de novas e absurdas leis que haviam sido sancionadas, sigilos centenários, entrada e saída de ministros e secretários de governo e depois, voltávamos aos nossos afazeres corriqueiros. Era um misto de ansiedade, cansaço físico, mental e emocional, mas tentando juntar forças para acender uma ponta de esperança.

A chegada das eleições e a derrota em segundo turno, de um dos piores governantes que o país já teve, devido a uma série de fatores, incluindo a falta de diálogo com a sociedade, a ausência de

políticas públicas eficazes e a promoção de discursos de ódio não apagam os motivos que levaram ao golpe de 2016, nem tampouco neutraliza tais discursos ou modifica o sentido das frases ou palavras usadas pontualmente para diferenciar ou demonstrar o posicionamento do interlocutor e nem isenta as atitudes preconceituosas dele e de seus apoiadores, pelo contrário, eles ainda persistem.

Boa parte da população que viveu e vive estes momentos está compondo uma massa aperceptiva que poderá trazer sérias consequências para o futuro do país. É necessária uma tomada de consciência.

§ 35. A massa aperceptiva que determina nossa percepção inclui elementos constantes e estáveis, formados em nós pelas influências constantes e repetitivas de nosso próprio meio circundante (ou de nossos meios), e de elementos transitórios, que aparecem cada vez de forma diferente, conforme as condições de um momento dado. Obviamente, são esses primeiros que são fundamentais, os segundos aparecem contra o pano de fundo dos primeiros, modificando-os e complexificando-os. A parte constitutiva desses elementos primeiros é formada, antes de tudo, o que é óbvio, por elementos verbais, ou seja, simplesmente pelo conhecimento de uma língua [jazyk] dada e pelo domínio de seus diversos estereótipos [sablony]. (JAKUBINSKI, 2015, p. 88).

Porém, agora temos que superar, de maneira processual este que foi um golpe político, social, com repercussões econômicas e que afetou todos os brasileiros. A linguagem é expressão de uma época, é o retrato de um tempo e de um país e que agora as palavras que necessitam ecoar são amor, liberdade, igualdade, respeito, empatia, democracia, preservação, cultura, ciência, educação e tantas outras que nos remetem a muito trabalho, mas também a uma



sensação de paz, que há muito não sentíamos e que apenas um governo progressista poderia proporcionar. De acordo com Klemperer:

Um termo, uma conotação ou um valor linguístico só adquire vida dentro de uma língua, só existe, de fato, quando seu sentido consegue se inserir na linguagem de um grupo ou de uma coletividade, nela adquirindo identidade própria. (KLEMPERER, 2021, p. 98).

A língua é instrumento de nosso pensamento, nos ajuda a construir nossos sentimentos e a formar nossa consciência. No entanto, ainda que um presidente com ideais progressistas e propostas democráticas de governo tenha sido eleito em 2022, a melhoria que tanto almejamos não será imediata e nem fácil, haja vista os acontecimentos de janeiro de 2023 na capital do nosso país, com depredação de patrimônio público, mais um ato golpista.

Além disso, de 2016 a 2022, de acordo com Saviani (2020, p.14), foi instalado no país cenário de desmonte da educação nacional, caracterizado “[...] pelo corte de recursos destinados à educação, à ciência e à pesquisa científica, pelo ataque à educação pública com ameaças e iniciativas efetivas de privatização e com a desqualificação e perseguição aos professores [...]”. Ainda assim, a esperança de melhoria deste cenário, situa-se na educação escolar, por meio dela será possível promover a aquisição do conhecimento, mas conhecimento no sentido freireano, como ação transformadora da realidade.

A educação em todos os seus níveis, desde a Educação Infantil ao Ensino Superior, é de suma importância, mas nos limitaremos nesse texto, a discutir, ensejando reflexões sobre os desafios

enfrentados pela Educação de Jovens e Adultos frente às políticas públicas.

### **Algumas considerações sobre a EJA no contexto das reformas**

Com a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em dezembro de 2017, no governo de Michel Temer, onde a equipe que compunha o Ministério da Educação era de especialistas convidados e de representantes de grupos empresariais, como a Fundação Lemann (notória entusiasta pela BNCC), constata-se em pouco tempo a ruptura com a tradição de construção coletiva de propostas curriculares a vigorar desde o início do processo de redemocratização da sociedade brasileira. Apesar de propalada consulta popular a elaboração da BNCC se revela excessivamente normativo-prescritiva. Neste documento oficial há pouco ou quase nada mencionado sobre a Educação de Jovens e Adultos. Em seu texto introdutório a BNCC traz:

De forma particular, um planejamento com foco na equidade também exige um claro compromisso de reverter a situação de exclusão histórica que marginaliza grupos – como os povos indígenas originários e as populações das comunidades remanescentes de quilombos e demais afrodescendentes – e as pessoas que não puderam estudar ou completar sua escolaridade na idade própria. (BNCC, 2019, p. 15-16).

No entanto, no decorrer do texto, deste que é um documento que norteará os currículos do Ensino Fundamental e Médio, não é apresentada ou proposta qualquer reflexão sobre as necessidades e especificidades do público da Educação de Jovens e Adultos,

limitando-se apenas a informar que determinados eixos e conteúdos se aplicam a crianças, jovens e adultos.

O público da Educação de Jovens e Adultos, em sua maioria, é composto por trabalhadores, jovens e adultos da classe operária, que buscam, por meio da aquisição e elevação da escolaridade, uma oportunidade de mudança de vida, não só em seu ambiente de trabalho, mas também, em outros espaços da sociedade. Geralmente são pessoas que trabalham durante o dia e estudam à noite, com necessidades, diversidades, saberes e especificidades que devem ser consideradas no processo de escolarização.

A título de remediar o descaso explícito com a EJA na BNCC, em 25 de maio de 2021 o Ministério da Educação pública a Resolução nº 01/2021 (BRASIL, 2021) a pretexto de alinhar a EJA à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à BNCC, além de regulamentar a Educação de Jovens e Adultos a Distância. Mas, quais eram as diretrizes da PNA? Pergunte-se ao coletivo dos professores dessa instância educativa se eles conhecem tal instituto legal e provavelmente se ouvirá uma sonora negativa. A rigor, o documento somente confirma o que já era tácito entre os estudiosos da EJA:

O novo surto de racionalização perversa da produção na educação escolar exige patamares mínimos de leitura, escrita e manipulação de números, o que corresponde, à (re)construção social do lugar da EJA a uma posição forte e explicitamente compatibilizada com o capitalismo interno em sua relação com o capitalismo monopolista internacional. Ao reconhecer a centralidade da educação e da qualidade do ensino nos documentos oficiais, essa lógica revela-se materialmente pobre em termos de um mínimo considerado formativo para jovens e adultos trabalhadores, pois fortalece a perspectiva de que, munidos com o mínimo, terá como disputar um lugar no

mercado se cada um for empreendedor de si mesmo (ALVARENGA; RIBEIRO, 2022).

Diante desta constatação, em que a Educação de Jovens e Adultos foi praticamente apagada do documento oficial que norteará a reformulação dos currículos escolares e que os altos índices de analfabetismo no país continuam a existir, é enfrentar o descaso com a formação daqueles que, pelos mais variados motivos, foram deixados à margem do processo de escolarização durante a infância. Além disso,

Para a concepção crítica, o analfabetismo nem é uma “chaga”, nem uma “erva daninha” a ser erradicada, nem tampouco uma enfermidade, mas uma das expressões concretas de uma realidade social injusta. Não é um problema estritamente linguístico nem exclusivamente pedagógico, metodológico, mas político, como a alfabetização através da qual se pretende superá-lo. Proclamar sua neutralidade, ingênua ou astutamente, não afeta em nada sua politicidade intrínseca. (FREIRE, 1981, p.7).

A Educação de Jovens e Adultos, doravante EJA, não pode ser confundida com alfabetização de adultos, é direito à escolarização, é a educação para todos ao longo da vida no contexto de direito público subjetivo. Assim sendo, os enfoques na construção do currículo para essa modalidade de ensino, devem levar em consideração as exigências da sociedade contemporânea, que evidenciam que apenas alfabetizar os jovens e adultos não é suficiente, o que:

[...] impõem à EJA alcançar novas dimensões, propiciando a formação integral do ser humano e a consciência de suas potencialidades como ser criador, de modo a assegurar o acesso aos bens culturais, aos meios de preservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável, aos conhecimentos

científicos e tecnológicos necessários à participação social e inserção no mundo do trabalho. O acesso à leitura e à escrita da língua nacional, a compreensão das diversas linguagens, o domínio dos símbolos e operações matemáticos, bem como dos fundamentos das ciências sociais e naturais, constituem as bases para o aperfeiçoamento constante dos indivíduos. Concebendo o conhecimento como uma construção social fundada na interação entre teoria e prática, e o processo de ensino aprendizagem como uma relação em que predomina a troca de saberes, os currículos da EJA devem abordar os conteúdos básicos desde os princípios da educação popular em uma perspectiva interdisciplinar.” (PAIVA; MACHADO, IRELAND, 2007, p. 28).

Nesse sentido, os currículos devem considerar também os saberes, práticas, vivências e experiências anteriores e concomitantes com os saberes escolares, pois, os alunos da EJA se envolvem em práticas sociais formativas também fora da escola, com o intuito de ampliar o que foi mencionado acima pelos autores e em concordância com D’Ambrósio,

Não negamos que o conhecimento disciplinar, consequente o multidisciplinar e o interdisciplinar, sejam úteis e importantes, e continuarão a ser ampliados e cultivados, *mas* somente poderão conduzir a uma visão plena da realidade se forem subordinados, ao conhecimento transdisciplinar. (D’AMBRÓSIO, 2005, p. 105, grifo do autor).

Cabe destacar que diante das políticas implementadas, vivenciamos ainda o fechamento de salas de aula da EJA na maioria das escolas, com a justificativa que não há matrículas suficientes que garanta o funcionamento dessas salas, o que é no mínimo incoerente. Há que se examinar, dentre outros aspectos, se essas salas de aula estão

funcionando em escolas próximas ao público a quem se destinam, pois de nada adianta se elas estiverem localizadas em bairros distantes da moradia desses alunos.

Devemos considerar também, se é oferecido para esses alunos uma refeição de qualidade no intervalo das aulas, pois na maioria dos casos, os alunos saem do trabalho e vão direto para a escola, devemos aqui pontuar que essa refeição é direito, conforme assegura a Lei nº. 11.947 de 2009 no artigo 1º. Incisos I e III:

I- o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica;

III- a universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública de educação básica. (BRASIL, 2009).

Além da importância e total atenção que deve ser direcionada aos currículos, à localização do atendimento, bem como a garantia de direitos, devemos dispensar atenção também, aos profissionais que atuarão nessa modalidade tão específica de educação.

Cabe destacar que diante das políticas implementadas, vivenciamos ainda a escassez de concursos públicos no período de 2018 a 2022. O último concurso público em nível municipal para o cargo de Professor de Educação Básica I, ou simplesmente PEB-I, na cidade em que um dos autores deste texto reside, foi em 2016, conforme Lei Complementar nº. 97/92 (LINS, 1992) e Lei Complementar nº. 1267/11 (LINS, 2011), que preveem o Regime Jurídico Estatutário e cria cargos no Quadro Permanente de Servidor

Municipal. Assim, há sete anos não se contrata professores efetivos para a mencionada rede de ensino.

Há atualmente nas escolas dessa rede municipal, que atende a Educação Infantil (modalidade creche e pré-escola), os anos iniciais do Ensino Fundamental e EJA e uma escola cívico-militar que atende os anos finais do Ensino Fundamental, duas categorias de professores, os professores titulares de cargo efetivo e os professores contratados em caráter temporário, conforme Decreto Municipal nº. 12764/21 (LINS, 2021). Porém, tanto para o cargo de professor titular, quanto para o contrato de professor temporário, não há pré-requisito algum que diferencie os profissionais que atuarão na Educação Infantil, nos anos Iniciais do Ensino Fundamental ou com o público da EJA.

Com relação à rede de ensino estadual paulista, para o cargo de Professor de Educação Básica I, ou simplesmente PEB-I da série de classes de docentes, que atuam nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o último concurso público foi em 2005. Já para o cargo de Professor de Educação Básica II, ou simplesmente PEB-II da série de classes de docentes, que atuam nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, o último concurso aconteceu no ano de 2014.

Infelizmente, de modo geral, da mesma forma que acontece no município citado, acontece também em âmbito estadual, os profissionais que atuarão na EJA, modalidade com tantas especificidades, não são diferenciados, no sentido de haver um melhor preparo para a função que irão exercer.

Há, atualmente, nas escolas da rede pública estadual paulista, três categorias de professores, os professores titulares de cargo efetivo, os professores não efetivos (ocupantes de função atividade – OFA) estáveis ou categoria F, que, por meio da Lei Complementar nº. 1.010/2007 conseguiram estabilidade e os professores contratados em

caráter temporário ou categoria O. Os professores categoria F e os professores categoria O foram admitidos pela Lei nº. 500/1974, que, no artigo 1º. prevê que “[...] além dos funcionários públicos poderá haver na Administração estadual servidores admitidos em caráter temporário [...]” (SÃO PAULO, 1974). Para piorar um pouco mais a situação, esta rede raramente oferece ou fomenta formações específicas para os docentes que atuarão com a EJA.

A divisão profissional docente, estratifica e estimula comparações em relação à carreira, à formação, ao salário etc. Se pensarmos de maneira mais específica, os dados acima são importantes para refletirmos sobre como essa modalidade de ensino é pensada e organizada pela rede estadual paulista com a expansão dos Centros Estaduais de Educação de Jovens e Adultos (CEEJA). A resolução SE/75 de dezembro de 2018 regulamenta a organização e o funcionamento do CEEJA que em seu Artigo 2º. explicita:

Os CEEJAs visam a assegurar atendimento individualizado, a alunos, com frequência flexível, sendo organicamente estruturados com o objetivo de atender preferencialmente o aluno, que por motivos diversos, não possui meios ou oportunidade de desenvolver estudos regulares, na modalidade presencial, referente à(s) etapa(s) da educação básica que ainda não cursou ou concluiu. (SEE, 2018).

Recorrendo aos pensadores, filósofos e estudiosos da Teoria Histórico-Cultural, podemos afirmar a importância das interações sociais para o processo de aprendizagem e desenvolvimento, o que nesse modelo de escola é quase inexistente. De acordo com Xavier e Miguel, que nos alerta sobre a flexibilidade, como uma maneira de facilitar o acesso e a permanência dos estudantes, configurando “do ponto de vista educacional como uma descaracterização e camuflagem



da realidade social a qual pertencem os sujeitos da EJA” (XAVIER; MIGUEL, 2022, p. 162), há ainda a descaracterização do trabalho docente, que resume-se em preparar material para que os alunos estudem em casa, aplicar provas e oferecer orientação de estudo em plantões de atendimento.

A mesma resolução, ao tratar dos docentes que atuarão no CEEJA, cujo ingresso se dará através de processo seletivo de credenciamento específico, enfoca o perfil profissional, a importância da participação em cursos de atualização e aperfeiçoamento profissional, a reflexão sistemática de sua prática docente, entre outros. Porém, ao tratar dos temas acima mencionados no Artigo 14 parágrafo 1º., traz em seguida, no parágrafo 2º. que “Aos titulares de cargo, fica vedado o afastamento do respectivo órgão de classificação, nos termos do inciso III, do artigo 64, da Lei Complementar 444/1985, pela disciplina específica do cargo”. Vejamos o texto da lei supracitada:

Artigo 64 – O docente e/ou especialista de educação poderão ser afastados do exercício de seu cargo, respeitado o interesse da Administração Estadual, para os seguintes fins: [...] III - exercer a docência em outras modalidades de ensino de 1º e 2º graus, por tempo determinado, a ser fixado em regulamento, com ou sem prejuízo de vencimentos e das demais vantagens do cargo [...] (SÃO PAULO, 1985).

Se é vedado aos titulares de cargo o afastamento de seus respectivos órgãos de classificação para trabalhar nos CEEJAs, ainda que de maneira implícita, está claro que sua função é mais importante naquele do que neste local. Não é nossa intenção comparar os profissionais, em mais bem capacitados ou não, em decorrência de aprovação em concurso público, mesmo porque, há quase uma

década não há concurso de professores para esta rede. Porém, o tratamento dado à EJA fica explicitado, pois, quando não há um quadro de professores efetivos, a permanência dos professores fica comprometida, já que na maioria das vezes o processo de contratação é anual, o que refletirá, inclusive, na criação de vínculo professor/aluno.

Seguindo com a questão da divisão dos professores em categorias, não aquela “categoria professor”, a qual Arroyo se refere, dando sentido de classe organizada ou cultura docente, que mesmo naquela a que o autor faz referência há divisões, fragmentos, uma unidade quebrada, diferenças por imagens sociais e autoimagens de acordo com os níveis de ensino em que esses professores atuam, se na Educação Infantil, Anos Iniciais, Anos Finais ou Ensino Médio. Nem tampouco a esta:

Há fragmentos ainda mais complicados na categoria. Imagens e autoimagens mais desconstruídas. Penso na separação que se lastra por mais de quatro décadas entre os profissionais do magistério e os profissionais da gestão. Funções diversas, distantes que vêm construindo um perfil de profissional da Educação Básica desfigurado. É possível que a maioria dos profissionais do sistema escolar pense que são normais essas diversidades, que sempre foi assim, que em todos os sistemas escolares do mundo a categoria é assim tão diversa. Não é verdade. (ARROYO, 2011, p. 217).

O fato é que, estas políticas abrem precedentes para contratação de tecnólogos e bacharéis, que com raras exceções, veem o micro, estão pautados na lógica da competência, referenciam a prática como alunos que foram outrora, não tem lastro nas teorias

pedagógicas, afetando diretamente os educandos, bem como suas aprendizagens.

No contexto filosófico da educação, Freire referindo-se ao fato de que ensinar exige reconhecer que a educação é ideológica, escreve:

Saber igualmente fundamental à prática educativa do professor ou da professora é o que diz respeito à força, as vezes maior do que pensamos, da ideologia. É o que nos adverte de suas manhas, das armadilhas em que nos faz cair. É que a ideologia tem que ver diretamente com a ocultação da verdade dos fatos, com o uso da linguagem para penumbrar ou opacizar a realidade ao mesmo tempo em que nos torna “míopes”. (FREIRE, 1996, p. 125).

Defendemos que, é necessária uma política séria, política de Estado e não política de governo, uma política de formação e capacitação dos professores que atuarão com o público da EJA, para que a escola de fato, seja um ambiente acolhedor, de inclusão, que valorize os saberes desse jovem e desse adulto, que sejam desenvolvidas metodologias apropriadas, pois só assim, estaremos no caminho de mudar os paradigmas, nos voltando para as reais necessidades de aprendizagem dos alunos.

Mészáros (2007, p. 129), defende que “[...] nossa tarefa educacional é simultaneamente a tarefa de uma transformação social ampla emancipadora.”, nesse sentido, a educação não pode ser pensada de forma isolada, deve ser pensada como processo coletivo, promovendo indivíduos capazes de compreender e transformar a realidade social em que vivem, vislumbrando como centralidade a ruptura da lógica do capital, que estimula individualismo e competitividade, além de visar o lucro.

## Considerações Finais

Com o intuito de respondermos ao questionamento inicial, discorreremos por alguns pontos que julgamos ser imprescindíveis para a compreensão de que não são poucos os desafios enfrentados pela EJA frente às políticas públicas. Porém, sem ingenuidade, sabemos da importância de pensar a EJA em um contexto de Educação Popular.

Acreditamos que a linguagem é expressão de uma época, o retrato de um tempo e de um país, país este, onde agora as palavras que ecoam são amor, liberdade, igualdade, respeito, empatia, democracia, preservação, justiça, cultura, ciência, educação e tantas outras que nos remetem a muito trabalho, mas também a uma sensação de paz, que há muito não sentíamos e que apenas um governo progressista poderia proporcionar. De acordo com o autor,

Um termo, uma conotação ou um valor linguístico só adquire vida dentro de uma língua, só existe, de fato, quando seu sentido consegue se inserir na linguagem de um grupo ou de uma coletividade, nela adquirindo identidade própria. (KLEMPERER, 2021, p. 98).

Precisamos melhorar o clima, o solo, porque de acordo com JAKUBINSKIJ (2015), “o gérmen da estimulação verbal externa deve ser lançado sobre um terreno preparado, pois só nesse caso ele vai poder germinar”.

A língua pensada por nós, conduz nossos sentimentos e dirige nossa mente. Se as palavras podem ser como minúsculas doses de arsênico, podem também ser gotas diárias de esperança e de garantia de democracia.

Não será um plantio fácil, haja vista os últimos acontecimentos na capital do nosso país em janeiro de 2023, porém

o preparo do terreno foi iniciado, devemos agora adubar proporcionando a aquisição do conhecimento no sentido freireano, como ação transformadora da realidade.

Sob nosso ponto de vista, percebendo as escolas como aparelho ideológico do Estado, sabemos que os problemas são de uma natureza maior e tem implicações político-pedagógicas desde a formação inicial e continuada dos docentes até a sua contratação, permeando inclusive pela dissolução da luta da classe docente.

Nesse sentido, devemos que ressignificar a cultura desenvolvida acerca dos mecanismos de controle do Estado, e principalmente, promover mudanças nas concepções acerca de educação, de EJA e de sociedade.

## **Referências**

ALVARENGA, Marcia Soares de; RIBEIRO, Glasielle Lopes Carvalho Ribeiro. A dialética do lugar social da educação de jovens e adultos nas políticas curriculares atuais. **Revista Cocar**, Edição Especial, n. 11, 2022, p. 1-20. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar> . Acesso em 31 de maio de 2023.

ARROYO, Miguel G. **Ofício de Mestre**. 13. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BARBOSA, Jefferson Rodrigues. “Escola Sem Partido: ativismo político liberal-conservador, Think Thanks e “Grupos de Pressão” à direita, no Brasil sob o governo Bolsonaro. *In*: MENDONÇA, Sueli Guadalupe de Lima; MIGUEL, José Carlos; MILLER, Stela; KÖHLE, Érica Christina. **(De)Formação na escola: desvios e desafios**. Marília (SP: Oficina Universitária/São Paulo: Cultura Acadêmica Editora Unesp, 2020, p. 131-148.

BRASIL. Lei 11.947 de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm). Acesso em: 16/04/2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 01/2021 de maio de 2021. Institui Diretrizes para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e Educação de Jovens e Adultos a Distância. Disponível em: [https://www.gov.br/mec/pt-br/media/ acesso\\_informacao/pdf/DiretrizesEJA.pdf](https://www.gov.br/mec/pt-br/media/ acesso_informacao/pdf/DiretrizesEJA.pdf). Acesso em: 02/06/2023.

D' AMBRÓSIO, Ubiratan. Sociedade, cultura, matemática e seu ensino. **Educação e pesquisa**, v. 31, n. 01, p. 99-120, 2005. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1517-97022005000100008&script=sci\\_abstract](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1517-97022005000100008&script=sci_abstract). Acesso em: 14/04/2023.

FONSECA, Maria da Conceição Ferreira Reis. **Educação matemática de jovens e adultos: especificidades, desafios e contribuições**. 3. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2012. (Coleção Tendências em Educação Matemática)

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 5ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1981. Disponível em: [http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/otp/livros/acao\\_cultural\\_liberdade.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/otp/livros/acao_cultural_liberdade.pdf). Acesso em: 08/04/2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura)

JAKUBINSKIJ, LEV. **Sobre a fala dialogal**. Textos editados e apresentados por IRINA IVANOVA. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

KLEMPERER, VICTOR. **LTI A Linguagem do Terceiro Reich**. Tradução, apresentação e notas Miriam Bettina Paulina Oelsner. Rio de Janeiro: Contraponto, 2021.

LINS. Lei Complementar 141 de 1993. Dispõe sobre a organização político-administrativa do poder executivo na administração direta e indireta, o plano de cargos, funções e vencimentos aplicável aos agentes públicos, dentro do regime estatutário. Disponível em: <http://200.171.219.4:5859/sino.siave/Documentos/Documento/57258>. Acesso em 22/04/2023.

LINS. Lei complementar 1267 de 2011. Cria, no quadro permanente da Lei Complementar nº 141, de 22/01/93, cargos de Controle Interno, Engenheiro, Médico, Professor, Tutor de Classe e Dentista. Disponível em: <http://200.171.219.4:5859/sino.siave/Documentos/Documento/57258>. Acesso em 22/04/2023.

LINS. Decreto 12764 de 2021. Nomeia servidores para comporem Comissão de Processo Seletivo de Provas e Títulos, de caráter classificatório, para contratação temporária de funções públicas que específica, para a Secretaria Municipal de Educação do município de Lins. Disponível em: <http://200.171.219.4:5859/sino.siave/Documentos/Documento/112987>. Acesso em 22/04/2023.

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. **Theomai**, n. 15, p. 107-130, 2007. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=12401511>. Acesso em: 17/05/2023.

PAIVA, Jane; MACHADO, Maria Margarida; IRELAND, Timothy (Org.). **Educação de jovens e adultos: uma memória contemporânea – 1996-2004**. Brasília, DF: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2007. Disponível em: [http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib\\_volume1\\_eja\\_uma\\_memoria\\_contemporanea\\_1996\\_2004.pdf](http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_volume1_eja_uma_memoria_contemporanea_1996_2004.pdf). Acesso em 16/04/2023.

SÃO PAULO. Lei Complementar nº. 444, de 27 de dezembro de 1985. Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Paulista e dá providências correlatas. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/1985/lei.complementar-444-27.12.1985.html>. Acesso em 20/05/2023.

SÃO PAULO. Resolução nº. 75 de 07 de dezembro de 2018. Dispõe sobre a organização e o funcionamento dos cursos de Educação de Jovens e Adultos – CEEJAs. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://midiasstoragesec.blob.core.windows.net/001/2019/01/resoluo-se-75-2018.pdf>. Acesso em 20/05/2023.

XAVIER, Quelselise Rodrigues; MIGUEL, José Carlos. Educação de Jovens e Adultos na Perspectiva da Teoria Histórico-Cultural: A Relevância Social da Aprendizagem na EJA. em **Educação de Jovens e Adultos: teoria, práticas e política**. José Carlos Miguel (org.). Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022.



